CONGRESSO

Difícil consenso para a reforma tributária

Comsefaz apresenta novas propostas e relator quer, de novo, ouvir estados e municípios

» ÂNDREA MALCHER

Prevista para ser votada na Câmara dos Deputados na próxima semana, a reforma tributária está longe de alcançar o necessário consenso. Prova disso é que, ontem, o Comitê Nacional dos Secretários Estaduais da Fazenda (Comsefaz) se reuniu com o relator da proposta, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), e apresentou mais um rol de sugestões ao texto. O parlamentar, por sua vez, anunciou que estudará as propostas que lhe foram encaminhadas e que ainda conversará com prefeitos e governadores.

Entre as sugestões apresentadas, segundo o presidente do Comsefaz, Carlos Eduardo Xavier, está a de que o Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS) entre em vigor em 2026 com uma alíquota simbólica de 1%, ao mesmo tempo que o ICMS e o ISS sejam mantidos até 2033. No texto do relator, porém, o IBS seria aplicado gradualmente de 2029 até 2033.

Xavier afirmou que esta mudança seria uma alternativa à criação do Fundo de Compensação de Perdas, medida que visa bancar os benefícios do ICMS concedidos pelos estados às empresas até 2032. O fundo teria um aporte de R$ 160 bilhões do governo federal, considerado insuficiente pelos estados. O texto do relator, no entanto, prevê a destinação de mais recursos caso o valor não seja suficiente.

"O tamanho dos benefícios concedidos é bem superior a R$ 160 bilhões. Talvez a gente nem tenha esse número. A União não vai ter dinheiro para bancar essa compensação e, se ela não for suficiente, as empresas vão entrar judicialmente contra os estados que concederam os benefícios", alertou Xavier.

Os estados pedem também que a União destine R$ 75 bilhões por ano, a partir de 2033, para o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR). Só que o governo aceita entrar com apenas R$ 40 bilhões, a serem divididos entre o FDR e o fundo de compensação até 2032.

Outro ponto apresentado pelos secretários envolve a distribuição dos recursos deste fundo, que está previsto por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC). O modelo não tem consenso entre os estados, mas o presidente do Comsefaz destacou que a maioria concordou com uma espécie de "Produto Interno Bruto (PIB) Invertido" — ou seja, com os estados mais pobres ficando com uma parcela maior de recursos.

Cisão

Xavier salientou que, mesmo sendo uma ideia defendida pela maioria, estados mais populosos, como São Paulo, foram contrários, alegando que sairiam perdendo. Aliás, a falta de consenso sobre as propostas entregues ao relator é profunda mesmo dentro do Comsefaz. Prova disso é que a secretária de Fazenda de Goiás, Selene Nunes, abandonou o encontro, o que reflete as críticas que o governador Ronaldo Caiado faz à proposta.

No documento entregue a Aguinaldo Ribeiro, foi sugerido, ainda, que o Imposto Seletivo, previsto para substituir o IPI, seja administrado pelo Conselho Federativo — que não tem representação da União, apenas de estados e municípios. Além disso, os estados pleiteiam que a transição da arrecadação do imposto no local de origem para o de consumo seja feita em 26 anos, em vez dos 50 previstos no texto do relator.

Diante de mais propostas, o deputado deixou claro que o texto não está fechado, pois conversará com prefeitos e governadores — entre eles o de São Paulo, Tarcísio Gomes de Freitas, que deve vir a Brasília, na próxima semana, para encontrar o relator e, também, articular junto a bancada do estado o apoio à reforma.

Sem querer antecipar quais pontos levantados pelos secretários podem ser incorporados, Aguinaldo Ribeiro frisou que está em constante diálogo com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. "Tudo tem repercussão. Quando a gente antecipa ou alonga a transição, a gente tem um impacto federativo também. É preciso conversar com todos os entes", esquivou-se.

O relator garantiu que, agora, "há muito mais convergências do que divergências", mas os impasses indicam o contrário. A versão final da Reforma Tributária só será apresentada quando o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), estiver convicto de que poderá levá-la a votação.

Ed Alves/CB/D.A Press



Ribeiro disse que, no atual estágio, há mais "convergências do que divergências". Sinais indicam o contrário, como a cisão no Comsefaz

Indústria e comércio têm resistências

Embora diversos setores prdutivos sejam favoráveis à reforma, as confederações Nacional da Indústria (CNI) e Nacional do Comércio (CNC) criticaram a reforma durante audiência da Comissão de Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados, na última terça-feira.

Mario Sergio Telles, gerente de Economia da CNI, reclamou da redação ampla de alguns pontos da proposta — como, por exemplo, o novo Imposto Seletivo. Já o consultor da CNC, Gilberto Alvarenga, criticou a adoção da mesma alíquota para o setor industrial e para o setor de serviços, que, segundo ele, paga atualmente 8,65% e poderá ter que pagar 25%.

"Quando falamos de empresas no regime cumulativo, elas podem ter um aumento na carga tributária, não veem a possibilidade de repassar isso para o consumidor final. Essa é uma grande preocupação. A CNC apoia a Reforma Tributária e esse projeto, mas faz algumas ressalvas", pontuou Alvarenga.

Entre os governadores, sobram reclamações. Um dos mais críticos à proposta que vem sendo elaborada pelo relator, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), é Ronaldo Caiado. Para ele, o principal problema é a concentração da arrecadação de impostos, hoje de competência municipal e estadual, por um Conselho Federativo ligado à União, mas com representantes subnacionais.

> **Isso aí (o Conselho Federativo) é muito mais um projeto de poder do que de Reforma Tributária. Não podemos colocar em risco a arrecadação, com concentração nas mãos da União. Não pensem vocês que não existe o viés político"**
>
> ***Ronaldo Caiado, governador de Goiás,*** *deixando claro que não aceitará um colegiado para administrar a arrecadação*

"Isso aí (o Conselho Federativo) é muito mais um projeto de poder do que de Reforma Tributária. Não podemos colocar em risco a arrecadação, com concentração nas mãos da União. Não pensem vocês que não existe o viés político. Não podemos ficar aqui iludidos, porque quem concentra poder e arrecadação tem mais poder de definição nos processos eleitorais de um país em qualquer lugar do mundo", disse Caiado, para uma plateia de políticos e empresários, em evento do grupo empresarial Lide, no Rio de Janeiro.

Adesão

No mesmo evento, o governador do Rio de Janeiro, Claudio Castro, fez coro com Caiado e Tarcísio Gomes de Freitas contra o Conselho Federativo. Ele evitou ser taxativo, mas falou em "dificuldade grande" com relação ao item. Na quarta-feira, em Portugal, o governador de São Paulo disse não aceitar "de maneira nenhuma" que o tributo pago no seu estado seja destinado para gestão de um colegiado.

Castro ainda reclamou sobre a falta de clareza sobre a futura alíquota do IVA, ponto que deve ser discutido. "Há dificuldade grande na questão desse ente arrecadatório. Acreditamos que isso tira a autonomia dos estados. Estávamos esperando o texto para fazer nossas opiniões. Mas, a princípio, isso fere o pacto federativo", destacou.

Já o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reconheceu que a reforma "certamente" será diferente da ideia original do governo. Ao comentar os trabalhos em torno do texto do relator Aguinaldo Ribeiro, ele elogiou a coordenação "com maestria" do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e dos articuladores políticos do governo.

"Certamente não passará na integralidade daquilo que o governo queria. Mas, certamente, passará (uma reforma) que vai dotar o Estado de maior proteção contra a sonegação, de maior capacidade de arrecadação", afirmou Lula, em entrevista, ontem, à Rádio Gaúcha. **(AM com Agência Estado)**

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

Maurenilson Freire



"Adeus, Lênin", a sátira se aplica a Cuba, Nicarágua e Venezuela

Em 1989, pouco antes da queda do muro de Berlim, a sra. Kerner (Katrin Sab) entra em coma e, assim, permanece durante o processo de unificação da Alemanha. Vivia no regime comunista da antiga República Democrática Alemã (RDA), o lado oriental, e acorda na ordem democrática e capitalista da antiga Alemanha Ocidental.

Berlim Oriental é outra cidade, muito diferente, o que preocupa seu filho, Alexander (Daniel Brühl), que temia o impacto das mudanças na saúde da veterana militante do Partido Socialista Unificado Alemão (PSUA), comunista. Isso faz com que procure esconder de sua mãe as mudanças em curso. Porém, quando ela sai do coma, as coisas se complicam.

O filme *Adeus, Lênin*, o líder comunista da Revolução Russa de 1917, é uma comédia dramática alemã de 2003, dirigido por Wolfgang Becker, que fez muito sucesso nos cinemas e, ainda hoje, merece ser visto. Becker usa como plano de fundo personagens reais como Erich Honecker, líder comunista que governou a RDA de 1971 a 1989; Mikhail Gorbatchov, protagonista da perestroika a partir de 1985 e da autodissolução da antiga União Soviética (URSS), em 1991; e Helmut Kohl, chanceler da Alemanha reunificada. O anti-herói é o primeiro astronauta alemão, Sigmund Jähn, um dos tripulantes da espaçonave soviética Soyuz 31, que se tornara motorista de táxi depois da reunificação — ou seja, um símbolo da derrocada do "socialismo real" no Leste Europeu.

Em 1989, Alexander é um jovem de Berlim Oriental que vive com a mãe, a irmã e uma sobrinha, após seu pai abandonar a família e fugir para o Ocidente. Christiane era uma professora dedicada à construção do "homem novo" e se considerava casada com o socialismo. Por essa razão, sofre um ataque cardíaco quando seu filho é preso num protesto contra o regime comunista. Passa oito meses em coma e, quando acorda, o mundo era outro.

Como outra parada cardíaca lhe seria fatal, o sentimento de culpa faz com o filho crie um mundo paralelo, cenográfico, no qual velhas embalagens de alimentos são exumadas e vídeos caseiros são produzidos para reviver as glórias do antigo regime. Wolfgang Becker faz a crítica aos que ficam prisioneiros do passado, mas, ao mesmo tempo, enaltece a lealdade do filho que tenta, a todo custo, evitar novos sofrimentos da mãe.

O apadrinhamento do Foro de São Paulo, que se reúne em Brasília até domingo, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, lembra um pouco o jovem Alexander de *Adeus, Lênin*. Esse paralelo não tem nada a ver com a narrativa da extrema direita, que demoniza a esquerda e chama todo mundo de comunista.

A reunião não ocorria há três anos, é legitima e pode ter um papel positivo na política latino-americana, dependendo de suas conclusões. Com delegações da sociedade civil e de governos de 23 países da América Latina esperados em Brasília, o evento começou ontem no Hotel San Marco, no Setor Hoteleiro Sul.

O problema é que a política de boa vizinhança adotada por Lula em relação aos países do continente também representa o endosso aos regimes autoritários de Cuba e da Nicarágua, além da Venezuela, de Nícolas Maduro, que Lula classificou como uma "democracia relativa", ontem, durante entrevista à *Rádio Gaúcha*. O presidente atravessou a rua para escorregar numa casca de banana porque esse conceito de democracia relativa foi utilizado pelo presidente Ernesto Geisel, quando tentou institucionalizar o regime militar por meio de uma abertura lenta, gradual e segura, durante a qual sofreu derrotas eleitorais desastrosas para o regime. Mas endossou a repressão à oposição.

Déjà vu político

Lula deu a declaração ao ser questionado sobre o motivo de setores da esquerda insistirem em defender o regime de Maduro. Em maio, havia defendido o presidente venezuelano e seu "bolivariano", com o argumento de que as acusações sobre a Venezuela ser uma ditadura fariam parte de uma "narrativa". A declaração repercutiu mal dentro do próprio encontro de presidentes e foi rebatida pelos do Uruguai, Lacalle Pou (um conservador) e do Chile, Gabriel Boric (um socialista).

"A Venezuela tem mais eleições do que o Brasil. O conceito de democracia é relativo para você e para mim. Gosto de democracia porque me fez chegar à Presidência da República pela terceira vez", disse Lula, para espanto generalizado.

A frase é duplamente infeliz porque revela, aí sim, uma narrativa falsa em relação à realidade política do regime de Maduro, que se mantém no poder por meio de fraudes eleitorais, e uma visão instrumental da democracia, como via de acesso ao poder pessoal, em vez de um valor universal.

É preciso aguardar as conclusões do Foro de São Paulo para saber se o encontro será um "aggiornamento" ou um "déjà vu" politico. O galicismo tem tudo a ver com a situação, porque descreve a sensação desencadeada por um fato presente, que se parece estranhamente com uma situação específica já presenciada: li este livro? Vi este filme?

O cérebro possui a memória imediata, que a gente logo esquece; a de curto prazo, que dura horas ou dias; e a de longo prazo, que dura até anos. O déjà vu ocorre quando os fatos que estão acontecendo são armazenados diretamente na memória de longo ou médio prazo, sem passar pela imediata, o que nos dá a sensação de já terem ocorrido.